

# Contínuo do Senado confirma na Polícia sua versão do seqüestro

BRASÍLIA (O GLOBO) — O contínuo do Senado José Arcelino Ferreira de Almeida confirmou ontem ao delegado Francisco Feitosa Dias ter sido seqüestrado e torturado duas vezes, por ser capaz de identificar as pessoas suspeitas de terem colocado uma falsa bomba no gabinete do senador Itamar Franco (PMDB-MG), onde trabalha.

Segundo o delegado, José Arcelino não caiu em nenhuma contradição na conversa informal que mantiveram e citou nomes de pessoas que estariam envolvidas com as ameaças de bombas.

O delegado Feitosa Dias, que preside o inquérito para apurar os seqüestros, informou que vai requerer um exame psíquico de José Arcelino, "para dirimir as dúvidas" sobre a sua sanidade mental, uma vez que existe a suspeita de que o contínuo esteja inventando toda a história. Ontem pela manhã o delegado retirou o contínuo do setor de psiquiatria do Hospital de Base de Brasília, onde está internado desde a última sexta-feira, quando diz ter sofrido o segundo seqüestro, e passou o dia com ele, na 2ª Delegacia Policial, ouvindo-o sobre os fatos e percorrendo os locais pelos quais teria passado.

Ainda no hospital, o delegado indagou a José Arcelino sobre o segundo seqüestro na presença dos senadores Itamar Franco e Dirceu Cardoso (ES-sem partido), que têm sido ameaçados de morte. O contínuo confirmou a versão de que foi

torturado em uma sala, por um grupo do qual faziam parte um homem fardado e uma mulher, bem como as duas pessoas que ele viu entrarem no gabinete do parlamentar do PMDB.

## ATUAR ABERTAMENTE

No início da noite, o delegado levou José Arcelino novamente para o hospital e deverá buscá-lo hoje, para tomar o seu depoimento oficial, que só será realizado se os dois senadores puderem estar presentes. O delegado Feitosa Dias explicou esta decisão afirmando que pretende "fazer tudo abertamente". Disse também que espera concluir o inquérito em 30 dias, mas acha isso difícil, pela quantidade de pessoas que terá que ouvir.

Ele informou ainda que vai requerer oficialmente à Secretaria de Segurança do Piauí o inquérito em que o contínuo confessou ter simulado um assalto (no qual teria sido vítima) à residência do reitor da Universidade Federal, onde trabalhava como vigilante. O delegado recebeu este documento da Comissão de Sindicância do Senado que investiga os casos das falsas bombas, mas quer saber como ele chegou até a Comissão. Neste documento, distribuído à imprensa pelo quarto-secretário do Senado, Jutahy Magalhães, José Arcelino confessa, inclusive, ter sido o autor dos ferimentos que apresentou como decorrência do assalto.

Disse o delegado que José Arcelino negou estes fatos e afirmou que foi coagido a assinar o depoimento. Feitosa Dias revelou que foi surpreendido ontem, quando o próprio contínuo tomou a iniciativa de lhe contar o caso de Teresina. O delegado

pensava que o documento seria um "trunfo" para conseguir alguma pista sobre o comportamento de José Arcelino.

## A FALSA BOMBA

A Comissão de Sindicância do Congresso que investigou o aparecimento de uma falsa bomba no plenário da casa concluiu que "não foram deixados indícios que levem ao responsável pelo episódio". A informação foi prestada ontem pelo presidente da comissão, senador Jutahy Magalhães (PDS-BA), que disse ter encaminhado essa conclusão segunda-feira ao presidente do Senado, Jarbas Passarinho.

Disse Jutahy Magalhães que "o episódio, contudo, evidencia que o Congresso Nacional é vulnerável a ações terroristas e que há possibilidade de haver a explosão de uma bomba verdadeira". O senador lembrou a explosão, há três dias, de uma bomba no parlamento do Irã, quando morreram 72 pessoas.

Jutahy anunciou a disposição de, no segundo semestre, dotar o Congresso de um sistema eletrônico de segurança e circuito interno de televisão com sistema de vídeo-tape, para acompanhar a movimentação nos principais corredores da casa 24 horas por dia. Afirmou também que pretende profissionalizar os agentes de segurança do Congresso.

— Não se pode levantar dúvidas quanto à dignidade dos homens de segurança do Congresso, mas eles são antigos servidores, alguns transferidos de outros órgãos da administração pública, não tendo especialização ou atualização em questões de segurança — finalizou.